

Banco Industrial do Brasil S.A.
Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial	3
Balanços patrimoniais conglomerado prudencial	6
Demonstrações de resultados conglomerado prudencial	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido conglomerado prudencial	8
Demonstração de fluxo de caixa conglomerado prudencial (Método Indireto)	9
Demonstração do valor adicionado conglomerado prudencial	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

**KPMG Auditores Independentes**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais).



Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do Banco, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 30 de junho de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

**Outros assuntos**

O Banco Industrial do Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis para fins gerais referentes ao semestre findos em 30 de junho de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 20 de julho de 2015.

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o semestre fundos em 30 de junho de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de Agosto de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Banco Industrial do Brasil S.A.
Balancos patrimoniais conglomerado prudencial em 30 de junho de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Passivo	Nota	Consolidado	
		2015	2014			2015	2014
Circulante		1.976.857	1.965.496	Circulante		1.402.899	1.572.849
Disponibilidades	4	27.779	12.050	Depósitos	18	916.939	806.021
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	589.038	533.156	Depósitos à vista		31.509	44.031
Aplicações no mercado aberto		587.006	519.296	Depósitos interfinanceiros		109.903	141.142
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.032	13.860	Depósitos a prazo		775.527	620.848
Títulos e valores mobiliários	6	67.369	113.522	Captações no mercado aberto	18	53.670	31.416
Carteira própria		1.480	70.967	Carteira própria		53.670	31.416
Vinculados a compromissos de recompra		53.899	31.763	Recursos de aceites e emissão de títulos	18	126.658	446.283
Vinculados à prestação de garantias		11.990	10.792	Rec. letras imob., hipotec. de crédito		126.658	446.283
Relações interfinanceiras		1.803	2.774	Relações interfinanceiras		149	253
Serviços de compensação de cheques e outros papéis		1.340	1.889	Pagamentos e recebimentos a liquidar		149	253
Créditos vinculados	8	463	885	Relações interdependências		7.776	3.342
Operações de crédito	9,10	809.976	821.380	Recursos em trânsito de terceiros		7.776	3.342
Operações de crédito - Setor privado		832.083	831.518	Obrigações por empréstimos	18,19a	115.782	195.032
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(22.107)	(10.138)	Empréstimos no exterior		115.782	195.032
Operações de arrendamento mercantil	9	-	12	Obrigações por repasses no País	18,19b	49.689	7.646
Operações de arrendamento mercantil - Setor privado		-	12	BNDES		4.609	
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		-	-	FINAME		45.080	7.646
Outros créditos		423.907	458.294	Obrigações por repasses do exterior	18,19c	968	616
Carteira de câmbio	12	86.056	194.206	Repasses do exterior		968	616
Rendas a receber	12	414	272	Instrumentos financeiros derivativos	7	10	36
Negociação e intermediação de valores	12	-	341	Instrumentos financeiros derivativos		10	36
Diversos	12	337.437	263.475	Outras obrigações	21	131.258	82.204
Créditos tributários	12,17	3.795	3.180	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		348	193
Devedores por compra de valores e bens	9,12	2.618	-	Carteira de câmbio	12,21	8.109	13.814
Devedores por depósitos em garantia	12	57.660	52.216	Sociais e estatutárias		10.625	7.707
Imposto de renda a compensar		4.794	2.095	Negociação e intermediação de valores		817	-
Adiantamentos a fornecedores		2.085	2.058	Fiscais e previdenciárias	20c,21	14.395	7.176
Devedores por compra de ativos	9,12	263.638	196.900	Credores por antecipação de valor residual	21	-	-
Devedores diversos - País/Exterior	12	5.387	10.301	Provisões para riscos fiscais	20,21	38.884	36.395
Diversos		1.622	1.210	Provisão para pagamentos a efetuar		4.117	3.469
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	(4.162)	(4.485)	Provisão para passivo contingente	20,21	12.628	8.928
Outros valores e bens	13	56.985	24.308	Dívidas subordinadas	18,21	1.035	1.261
Bens não de uso próprio		53.061	17.252	Credores diversos-país/exterior		39.442	2.394
Despesas antecipadas		3.924	7.056	Diversas		858	867
Realizável a longo prazo		434.666	351.493	Exigível a longo prazo		565.610	313.680
Operações de crédito	9,10	400.551	322.587	Depósitos	18	79.909	165.918
Operações de crédito - Setor privado		413.223	327.553	Depósitos interfinanceiros		704	4.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(12.672)	(4.966)	Depósitos a prazo		79.205	160.921
Outros créditos - Diversos	12	33.554	28.566	Recursos de aceites e emissão de títulos		315.921	5.968
Créditos tributários	12,17	27.180	20.429	Rec. letras imob., hipotec. de crédito		315.921	5.968
Devedores por compra de ativos	9,12	6.103	7.936	Obrigações por repasses		122.670	75.968
Opções por incentivos fiscais		271	271	BNDES	18,19b	11.280	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9,10	-	(70)	FINAME	18,19b	18.882	43.262
Outros valores e bens	13	561	340	Repasses do Exterior		92.508	32.706
Despesas antecipadas		561	340	Instrumentos financeiros derivativos	7	25	44
Permanente		35.971	38.329	Instrumentos financeiros derivativos		25	44
Investimentos		248	248	Outras obrigações	21	47.085	65.782
Participações em controladas	14	-	-	Dívidas subordinadas	18,21	47.085	65.782
Outros investimentos		248	248	Resultado de exercícios futuros		-	-
Imobilizado de uso	15	34.954	36.810	Participação dos minoritários		29	26
Imóveis		27.592	27.592	Patrimônio líquido	22	478.956	468.763
Outras imobilizações de uso		15.175	15.570	Capital realizado atualizado:			
Depreciações acumuladas		(7.813)	(6.352)	De domiciliados no País		367.222	367.222
Imobilizado de arrendamento		-	-	Reservas de reavaliação		73	73
Bens arrendados		-	-	Reserva de lucros		111.738	101.270
Superveniências		-	-	Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos		(77)	198
Depreciações acumuladas		-	-	2.447.494		2.447.494	2.355.318
Diferido	16	97	153				
Gastos de organização e expansão		2.987	2.987				
Amortização acumulada		(2.890)	(2.834)				
Intangível	16	672	1.118				
Ativos intangíveis		2.953	2.953				
Amortização acumulada		(2.281)	(1.835)				
2.447.494		2.447.494	2.355.318				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados conglomerado prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	Nota	Consolidado	
		2015	2014
Receitas da intermediação financeira		<u>223.236</u>	<u>151.483</u>
Operações de crédito	9f	122.239	105.842
Operações de arrendamento mercantil		-	4.913
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6f	43.032	29.649
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	7d	17.681	-
Resultado de operações de câmbio	11	40.284	11.079
Despesas da intermediação financeira		<u>(182.505)</u>	<u>(98.952)</u>
Operações de captação no mercado	18c	(89.168)	(73.158)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	18c	(71.500)	(4.953)
Operações de arrendamento mercantil	9f	-	(4.909)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	7d	-	(7.815)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(21.837)	(8.117)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>40.731</u>	<u>52.531</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(16.623)</u>	<u>(18.472)</u>
Receitas de prestação de serviços		4.416	2.699
Receitas de tarifas bancárias		2.197	1.879
Resultado de participações em controladas	14	-	-
Despesas de pessoal	23	(23.374)	(23.096)
Outras despesas administrativas	24	(11.912)	(9.989)
Despesas tributárias	25	(6.747)	(6.363)
Outras receitas operacionais	26	19.122	18.231
Outras despesas operacionais	26	(325)	(1.833)
Resultado operacional		<u>24.108</u>	<u>34.059</u>
Resultado não operacional	27	<u>100</u>	<u>389</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>24.208</u>	<u>34.448</u>
Imposto de renda e contribuição social	17	<u>(4.104)</u>	<u>(10.727)</u>
Provisão para imposto de renda		(6.577)	1.261
Provisão para contribuição social		(4.081)	704
Ativo fiscal diferido		6.554	(12.692)
Participação de acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do semestre		<u><u>20.104</u></u>	<u><u>23.721</u></u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido conglomerado prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Nota	2015						
	Capital Realizado	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucros		Ajuste a valor de Mercado de TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	367.222	73	14.389	89.745	(133)	-	471.296
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	56	-	56
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	20.104	20.104
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	22b	-	1.005	-	-	(1.005)	-
Reservas Estatutárias	22b	-	-	6.599	-	(6.599)	-
Remuneração do capital próprio	22c	-	-	-	-	(12.500)	(12.500)
Saldos em 30 de junho de 2015	<u>367.222</u>	<u>73</u>	<u>15.394</u>	<u>96.344</u>	<u>(77)</u>	<u>-</u>	<u>478.956</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.005</u>	<u>6.599</u>	<u>56</u>	<u>-</u>	<u>7.660</u>
Nota	2014						
	Capital Realizado	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucros		Ajuste a valor de Mercado de TVM e Derivativos	Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	367.222	73	12.374	74.175	313	-	454.157
Ajuste a valor de mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	(115)	-	(115)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.721	23.721
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	22b	-	1.186	-	-	(1.186)	-
Reservas Estatutárias	22b	-	-	13.535	-	(13.535)	-
Remuneração do capital próprio	22c	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>367.222</u>	<u>73</u>	<u>13.560</u>	<u>87.710</u>	<u>198</u>	<u>-</u>	<u>468.763</u>
Mutações do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.186</u>	<u>13.535</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>14.606</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.**Demonstração de fluxo de caixa conglomerado prudencial (Método Indireto)**

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido ajustado do semestre	44.575	34.617
Lucro líquido do semestre	20.104	23.721
Depreciações / amortizações	1.027	909
Insuficiência / Superveniência	-	-
Resultado de participações em controladas	-	-
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	1.274	1.985
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.114	8.117
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.	56	(115)
Variação em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	68.311	97.131
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(9)	1.504
Títulos e Valores Mobiliários	44.076	1.164
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(1.539)	(1.800)
Operação de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	(42.949)	(21.925)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	68.732	118.188
Variação em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	54.137	(5.938)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	2.696	(813)
Outras Obrigações	51.441	(5.185)
Instrumentos financeiros derivativos	-	60
Resultado de Exercícios Futuros	-	-
Caixa Proveniente / Aplicado das Atividades Operacionais - Aumento / (Diminuição)	167.023	125.810
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Investimento - Aumento / (Diminuição)	(34.113)	(11.688)
Aquisição de bens não de uso	(34.505)	(867)
Aquisição/alienação de Imobilizado de uso	392	(10.821)
Caixa Proveniente / Aplicado nas Atividades de Financiamento - Aumento / (Diminuição)	(143.412)	140.406
Depósitos	(95.964)	191.331
Operações Compromissadas	21.574	(42.015)
Recursos de Aceites e emissão de Títulos	(14.370)	(33.220)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(42.152)	33.310
Remuneração do capital próprio	(12.500)	(9.000)
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(10.502)	254.528
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	625.287	276.818
No fim do semestre	614.785	531.346
Aumento/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(10.502)	254.528

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado conglomerado prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	2015	2014
Receitas	<u>208.112</u>	<u>148.333</u>
Receitas de intermediação financeira	223.236	151.483
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	6.613	4.578
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)	(21.837)	(8.117)
Outras receitas (despesas) não operacionais	100	389
Despesas de Intermediação Financeira	<u>(160.668)</u>	<u>(90.835)</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros	<u>8.424</u>	<u>7.812</u>
Materiais, energia e outros	(6.497)	(5.970)
Serviços de terceiros	(3.876)	(2.616)
Outras receitas (despesas) operacionais	18.797	16.398
Valor Adicionado Bruto	<u>55.868</u>	<u>65.310</u>
Depreciação, Amortização e Exaustão	<u>(1.027)</u>	<u>(909)</u>
Valor Adicionado Líquido produzido pela Entidade	<u>54.841</u>	<u>64.401</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Valor Adicionado a distribuir	<u>54.841</u>	<u>64.401</u>
Distribuição do Valor Adicionado	<u>54.841</u>	<u>64.401</u>
Pessoal	<u>23.374</u>	<u>23.096</u>
Remuneração direta	15.379	15.843
Benefícios	3.805	3.345
Encargos sociais	4.190	3.908
Impostos, taxas e contribuições	<u>10.851</u>	<u>17.090</u>
Federais	10.482	16.813
Municipais	369	277
Remuneração de capitais de terceiros	<u>512</u>	<u>494</u>
Aluguéis	512	494
Remuneração de capitais próprios	<u>20.104</u>	<u>23.721</u>
Juros sobre o capital próprio	12.500	9.000
Lucros retidos	7.604	14.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014)

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A (Banco) é uma sociedade anônima, de capital aberto, conforme registro concedido em 7 de março de 2008 pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Até a presente data o Banco não realizou Oferta Inicial de Ações, conseqüentemente as ações não são negociadas em Bolsa.

O Banco está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as demonstrações contábeis consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o Banco e as suas controladas relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		2015	2014
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Monceau Consultadoria e Serviços Ltd.	Prestação de Serviço	100,00	100,00
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda.	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos períodos anteriores.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo método financeiro (valor residual) assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas para o grupo “Operações de Arrendamento Mercantil” de acordo com as informações apresentadas na Nota Explicativa nº 11;
- Reclassificação da variação cambial apurada sobre investimento no exterior para a rubrica Outras rendas operacionais (ganhos) ou Outras despesas operacionais (perdas).
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. Para a subsidiária localizada no exterior, os ativos e passivos foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

• ***Aplicações interfinanceiras de liquidez***

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• ***Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos***

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

Títulos e valores Mobiliários

- (i) Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como “hedge” de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

- ***Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa***

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As provisões para créditos em liquidação são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as cedidas com coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

- ***Outros valores e bens - Bens não de uso***

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

- ***Outros valores e bens - Despesas antecipadas***

Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

- ***Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo***

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

f. Ativo permanente

- ***Investimentos***

Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras de controlada no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

O título de sócio efetivo não patrimonial da BM&F Bovespa S.A. é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa, os incentivos fiscais e outros investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

- ***Imobilizado de uso***

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e complementado pela reavaliação da controlada em 2007. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens às taxas de 4%, 10% e 20% para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

- ***Ativo diferido***

Os gastos diferidos de organização e expansão correspondem basicamente a benfeitorias em propriedades de terceiros e aquisição e desenvolvimento de softwares, até 03 de dezembro de 2008, quando passou a vigorar a Carta Circular nº 3.357 que restringiu o registro desses valores no Ativo Diferido. Na demonstração consolidada os gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais foram reclassificados para o Ativo Intangível. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações às taxas anuais de 10% e 20% ao ano, respectivamente, que consideram a vida útil dos ativos intangíveis (prazo de vigência dos direitos contratuais).

- ***Ativo intangível***

Os gastos com desenvolvimento de softwares são registrados ao custo de aquisição e amortizados às taxas de 20% ao ano, que consideram a vida útil desses intangíveis.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

- ***Depósitos e captações no mercado aberto***

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

- ***Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com as determinações estabelecidas na Deliberação CVM 594, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa (Nota Explicativa nº 20).
- **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 20).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$120 mil por ano para imposto de renda e 15% para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social em conformidade com a Resolução nº3.059 de 20 de dezembro de 2002 do BACEN e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2003, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

j. Demonstrações de valor adicionado

O Banco elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas.

4 Disponibilidades

	2015	2014
Moeda Nacional	327	321
Moeda Estrangeira	<u>27.452</u>	<u>11.729</u>
Total	<u><u>27.779</u></u>	<u><u>12.050</u></u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Aplicações no mercado aberto

	2015	2014
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	307.509	-
Letras do Tesouro Nacional	50.000	-
Notas do Tesouro Nacional	<u>229.497</u>	<u>519.296</u>
Total	<u><u>587.006</u></u>	<u><u>519.296</u></u>

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2015	2014
De 1 a 30 dias	1.031	10.204
De 31 a 180 dias	-	2.655
De 181 a 360 dias	<u>1.001</u>	<u>1.001</u>
Total	<u><u>2.032</u></u>	<u><u>13.860</u></u>

c. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	<u>38.018</u>	<u>22.713</u>
Posição bancada	37.917	22.686
Posição financiada	101	27
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>24</u>	<u>290</u>
Total	<u><u>38.042</u></u>	<u><u>23.003</u></u>

6 Títulos e valores mobiliários

a. Descrição dos procedimentos de classificação e avaliação

Os títulos públicos e Debêntures possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido.

b. Diversificação por tipo

	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	<u>67.369</u>	<u>113.522</u>
Carteira própria	<u>1.480</u>	<u>70.967</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	470	70.967
Cotas de Fundos de Investimentos	1.010	-
Vinculados a compromissos de recompra	<u>53.899</u>	<u>31.763</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.844	15.529
Debêntures	18.055	16.234
Vinculados à prestação de garantia	<u>11.990</u>	<u>10.792</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.990	10.792
 Total	 <u>67.369</u>	 <u>113.522</u>
Parcela a curto prazo	<u>67.369</u>	<u>113.522</u>
Parcela de longo prazo	<u>-</u>	<u>-</u>

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e na Cetip S.A Mercados Organizados.

c. Diversificação por prazo

	2015	2014
A vencer entre 3 e 12 meses	48.304	81.759
A vencer até 3 meses	18.055	31.763
Sem vencimento	<u>1.010</u>	<u>-</u>
 Total da carteira	 <u>67.369</u>	 <u>113.522</u>

f. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	38.042	23.003
Títulos de renda fixa	4.990	5.594
Títulos de renda variável	-	12.021
Ajuste negativo ao valor de mercado	-	(10.969)
	<hr/>	<hr/>
Total	43.032	29.649

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP).

Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&FBovespa S.A., que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de *hedge*.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular Bacen nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco. São contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado do Banco.

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de *hedge*. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de *hedge* necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap

	2015			
	Valor referencial	Valor da curva - Ativo	Valor da curva - Passivo	Valor líquido (a pagar)
CDI x IGP-M (*)	4.853	5.702	(5.737)	(35)
Total	4.853	5.702	(5.737)	(35)

	2014			
	Valor referencial	Valor da curva - Ativo	Valor da curva - Passivo	Valor líquido (a pagar)
CDI x IGP-M (*)	8.932	9.386	(9.466)	(80)
Total	8.932	9.386	(9.466)	(80)

	2015		2014	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):				
Taxa de juros	-	735.985	-	506.309
Moeda	143.454	-	88.924	-
	143.454	735.985	88.924	506.309

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas ("hedge") - vide nota explicativa 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na BM&FBovespa S.A. nos seguintes prazos de vencimento:

2015						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	Total
Operações de swap:						
CDI X IGP-M	3	7	14	7	4	35
Mercado futuro:						
Posição comprada	45.473	-	30.711	29.990	37.280	143.454
Posição vendida	244.079	435.016	56.890	-	-	735.985

2014						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Acima de 60 meses	Total
Operações de swap:						
CDI X IGP-M	17	19	22	14	8	80
Mercado futuro:						
Posição comprada	31.936	-	31.889	-	25.099	88.924
Posição vendida	203.917	297.887	4.505	-	-	506.309

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado.

As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da BM&FBovespa S.A.

Os valores a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativo estão representados basicamente por:

	2015	2014
Letras do Tesouro Nacional	10.867	9.788
Cartas de Fiança	30.000	23.000
Total	40.867	32.788

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Contratos de swap	(70)	(60)
Contratos futuros	<u>17.751</u>	<u>(7.755)</u>
Total	<u>17.681</u>	<u>(7.815)</u>

e. *Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos*

A Instrução CVM 475 de 17/12/2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu:

1. Situação considerada provável pela administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
2. Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
3. Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

(*) Percentuais definidos na Instrução CVM 475 de 17/12/2008.

I - *Quadro Demonstrativo de posições*

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2015 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
<i>Hedge (*) - Dívida em moeda estrangeira</i>				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	143.454	(160.309)	(16.855)
<i>Hedge (*) - Banking Pré</i>				
Operações de crédito	Taxa de juros	<u>(735.985)</u>	<u>723.446</u>	<u>(12.539)</u>
Total		<u>(592.531)</u>	<u>563.137</u>	<u>(29.394)</u>

- (a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Hedge Cambial</i> Dívida em Moeda Estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(77)	(1.918)	(3.837)
	Dívida (risco aumento US\$)	120	3.009	6.018
	Efeito Líquido	43	1.091	2.181
<i>Hedge Banking PRÉ</i> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	320	7.990	15.980
	Créditos (risco aumento Selic)	(603)	(15.072)	(30.143)
	Efeito Líquido	(283)	(7.082)	(14.163)
	Efeito Líquido TOTAL	(240)	(5.991)	(11.982)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira	(16.855)	43	1.091	2.181
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	6.671	(205)	(5.130)	(10.259)
<i>Book Índice</i>	Nulo (Pós)	115.489	Nulo	Nulo	Nulo
	Efeito Líquido TOTAL	105.305	(162)	(4.039)	(8.078)

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular Bacen nº 3.082/02.

8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

a. Composição do saldo

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	2015	2014
Compulsório sobre depósito a vista	463	560
Recursos dos microcréditos	-	325
Total	<u>463</u>	<u>885</u>

9 Operações de crédito, avais e fianças, adiantamento de contrato de câmbio e operações de compra de ativos (consolidado)

a. Diversificação por produto

	2015	2014
Setor privado:		
Resolução n.º 63	3.623	2.639
Contas garantidas	255.795	298.067
Financiamento em moedas estrangeiras	14.054	15.923
Aquisição de direitos creditórios (*)	151	507
Desconto de títulos	342	5
BNDES	16.118	-
Capital de giro	638.662	525.074
Sistema único de saúde - SUS	28.821	41.368
Crédito direto ao consumidor	224.756	224.535
Arrendamento mercantil (a valor presente)	-	12
Avais e fianças	207.824	197.440
FINAME	63.535	51.337
Outros créditos:		
Adiantamentos de contratos de câmbio (**)	69.649	182.897
Devedores por compra de valores e bens (Nota Explicativa n.º 12)	2.618	-
Rendas a receber adiantamentos concedidos (**)	1.607	3.576
Compra de ativos (***)	269.741	204.836
	<u>1.797.296</u>	<u>1.748.216</u>
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	<u>(40.135)</u>	<u>(19.659)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
	<u>1.757.161</u>	<u>1.728.557</u>
Total		
	<u>1.350.505</u>	<u>1.211.235</u>
Parcela em curto prazo		
	<u>406.656</u>	<u>517.322</u>
Parcela em longo prazo		

(*) Operações com coobrigação efetuadas junto à outras instituições financeiras.

(**) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras obrigações - Carteira de câmbio” e as rendas a receber de adiantamentos concedidos registradas na rubrica “Outros créditos - Carteira de câmbio” (vide Nota Explicativa n.º 11).

(***) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis, cujas receitas auferidas estão contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais. Esta operação é avaliada com os mesmos requisitos constantes na Res. n.º 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas, penhor mercantil e etc. Nas operações de FINAME e de arrendamento mercantil as garantias são os bens objetos dos contratos.

b. Diversificação por atividade

	2015	2014
Setor privado:		
Indústria	280.013	399.231
Comércio	288.779	366.357
Intermediários financeiros	19.430	8.187
Serviços	883.921	726.942
Pessoas físicas	325.153	247.499
	<u>1.797.296</u>	<u>1.748.216</u>
Total da carteira	<u>1.797.296</u>	<u>1.748.216</u>

c. Diversificação por prazo

	2015	2014
Setor privado:		
A vencer acima de 60 meses	29.282	27.422
A vencer entre 36 e 60 meses	72.454	55.921
A vencer entre 12 e 36 meses	321.040	252.187
A vencer entre 3 e 12 meses	417.159	417.860
A vencer em até 3 meses	910.404	967.886
Parcelas vencidas	46.957	26.940
	<u>1.797.296</u>	<u>1.748.216</u>
Total da carteira	<u>1.797.296</u>	<u>1.748.216</u>

d. Cessão de crédito

No primeiro semestre de 2015 e 2014 não foram efetuadas operações de cessões de créditos.

e. Concentração do crédito

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	50.504	2,81%	30.224	1,95%
10 maiores devedores	319.445	17,77%	219.308	14,14%
20 maiores devedores	495.572	27,57%	331.567	21,38%
50 maiores devedores	779.738	43,38%	521.093	33,60%
100 maiores devedores	1.000.594	55,67%	679.175	43,79%

f. Resultado das operações de crédito

	2015	2014
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	108.487	90.324
Rendas de títulos descontados	39	1
Rendas de financiamentos	4.907	6.831
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	6.996	502
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.810	8.184
	<u>122.239</u>	<u>105.842</u>
Total de receitas com operações de crédito	<u>122.239</u>	<u>105.842</u>

10 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	2015	2014
Saldo no início do semestre	(21.433)	(52.407)
Constituição de provisão	(22.114)	(8.117)
Baixa para prejuízo	<u>3.412</u>	<u>40.865</u>
Saldo no fim do semestre	<u>(40.135)</u>	<u>(19.659)</u>

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

2015					
Nível de risco	Nível de Provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para créditos de liquidação duvidosa
		Curso normal	Atraso	Total	Total
AA	0,0	677.271	-	677.271	-
A	0,5	836.008	-	836.008	4.180
B	1,0	147.174	4.525	151.699	1.517
C	3,0	48.045	11.104	59.149	1.774
D	10,0	9.408	8.036	17.444	1.744
E	30,0	28.013	1.400	29.413	8.824
F	50,0	771	2.300	3.071	1.535
G	70,0	3.126	5.808	8.934	6.254
H	100,0	<u>523</u>	<u>13.784</u>	<u>14.307</u>	<u>14.307</u>
Total da carteira		<u>1.750.339</u>	<u>46.957</u>	<u>1.797.296</u>	<u>40.135</u>

2014					
Nível de risco	Nível de Provisionamento (%)	Total das operações			Provisão para créditos de liquidação duvidosa
		Curso normal	Atraso	Total	Total
AA	0,0	902.048	-	902.048	-
A	0,5	691.914	-	691.914	3.460
B	1,0	97.478	1.392	98.870	989
C	3,0	18.560	1.553	20.113	603
D	10,0	9.588	9.153	18.741	1.874
E	30,0	1.473	2.169	3.642	1.093
F	50,0	20	1.127	1.147	573
G	70,0	131	2.114	2.245	1.571
H	100,0	<u>64</u>	<u>9.432</u>	<u>9.496</u>	<u>9.496</u>
Total da carteira		<u>1.721.276</u>	<u>26.940</u>	<u>1.748.216</u>	<u>19.659</u>

Foram recuperados créditos baixados para prejuízo, no montante de R\$1.810 no primeiro semestre de 2015 (R\$8,184 em 2014). Foram renegociados créditos no montante de R\$1.720 no primeiro semestre de 2015 (R\$1.700 em 2014).

11 Carteira de câmbio

	2015	2014
Ativo - Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar	80.440	184.018
Direitos sobre venda de câmbio	4.687	7.255
Adiantamento em moeda nacional recebido	(678)	(643)
Rendas a receber	1.607	3.576
	<u>86.056</u>	<u>194.206</u>
Passivo - Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar	4.671	7.249
Obrigações por compra de câmbio	73.087	189.462
Adiantamento sobre contratos de câmbio - LA	(69.245)	(180.808)
Adiantamento sobre contratos de câmbio - LE	(404)	(2.089)
	<u>8.109</u>	<u>13.814</u>
Resultado de operações de câmbio		
Rendas de câmbio	66.734	35.322
Despesas de câmbio	(26.450)	(24.243)
Total	<u>40.284</u>	<u>11.079</u>

As responsabilidades por Créditos Abertos para Importação no valor de R\$1.803 em junho de 2015 (R\$19.640 em 2014), estão registradas em contas de compensação.

12 Outros créditos

	2015	2014
Carteira de câmbio	86.056	194.206
Negociação e intermediação de valores	-	341
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota Explicativa nº 9 a)	2.618	-
Devedores por depósito em garantia	57.660	52.216
Créditos tributários (Nota Explicativa nº17)	30.975	23.609
Opções por Incentivos Fiscais	271	271
Imposto de renda a compensar	4.794	2.095
Devedores Diversos - País / exterior	4.837	10.301
Devedores por compra de ativos (*)	269.741	204.836
Adiantamentos para pagamentos de fornecedores	2.085	2.058
Rendas a receber (**)	2.038	272
Diversos	449	1.210
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 10)	(4.162)	(4.555)
TOTAL	<u>457.362</u>	<u>486.860</u>
Parcela em Curto Prazo	423.808	458.294
Parcela em Longo Prazo	33.554	28.566

(*) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis, cujas receitas auferidas estão contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais. Esta operação é avaliada por meio de parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que apresenta provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.550 em junho de 2015 (R\$1.796 em 2014).

(**) Refere-se ao valor a receber pela redução de capital na controlada Monceau Consultadoria e Serviços Ltd. (vide Nota Explicativa nº 14). Os recursos serão internalizados no momento em que o Banco Central homologar nosso processo de abertura da agência externa.

13 Outros valores e bens

a. Bens não de uso próprio

	2015	2014
Imóveis	48.062	8.702
Veículos	4.999	5.449
Máquinas e equipamentos	-	3.101
Total	<u>53.061</u>	<u>17.252</u>

b. Despesas antecipadas

	2015	2014
Comissão e Prêmios	58	55
Despesas antecipadas (i)	<u>4.427</u>	<u>7.341</u>
Total	<u>4.485</u>	<u>7.396</u>
Parcela em Curto Prazo	3.924	7.056
Parcela em Longo Prazo	561	340

- (i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

14 Participações em controladas

2015

Informações s/ Investimentos	D.T.V.M	Monceau	IB Adm. Créditos	Total
Capital Social Realizado	4.116	3.083	1.482	-
Patrimônio Líquido	8.323	5.867	460	-
Lucro Líquido/Prejuízo - semestre de 2015	428	(54)	196	-
Cotas/Ações	683.500	5.031.674	1.482.436	-
Participação no Capital - %	99,64	100,00	99,99	-
Resultado da participação em Controlada - 1º Semestre de 2015	427	(*) 856	196	1.479
Valor Contábil dos Investimentos	8.292	5.867	460	14.619
Operações realizadas em Controladas				
Ativo :				
Disponibilidades	135	-	387	522
Aplicação em depósitos interfinanceiros	8.355	-	-	8.355
Títulos e valores mobiliários	-	-	271	271
Passivo :				
Contas a pagar	-	1.624	-	1.624
Resultado no semestre :				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	485	-	16	501
Rendas de Prestação de Serviço	380	-	828	1.208

2014

Informações s/ Investimentos	D.T.V.M	Monceau	IB Adm. Créditos	Total
Capital Social Realizado	4.116	2.158	1.482	-
Patrimônio Líquido	7.499	6.438	261	-
Lucro Líquido/Prejuízo - semestre de 2014	521	(1.111)	(115)	-
Cotas/Ações	683.500	5.031.674	1.482.436	-
Participação no Capital - %	99,64	100,00	99,99	-
Resultado da participação em Controlada - 1º Semestre de 2014	519	(*) (1.609)	(115)	(1.205)
Valor Contábil dos Investimentos	7.472	6.438	261	14.171
Operações realizadas em Controladas				
Ativo :				
Disponibilidades	8	-	45	53
Aplicação em depósitos interfinanceiros	9.219	-	-	9.219
Passivo :				
Contas a pagar	-	1.137	-	1.137
Resultado no semestre :				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	322	-	4	326
Rendas de Prestação de Serviço	280	-	391	671

(*) O resultado de equivalência patrimonial inclui variação cambial, no valor de R\$910 no primeiro semestre de 2015 e R\$(498) em 2014.

15 Imobilizado de Uso

Outras imobilizações:	Taxa anual de depreciação (%)	2015		2014	
		Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Imóveis:					
Terreno	-	21.559	-	21.559	-
Edificações	4	6.033	(2.594)	6.033	(2.353)
Subtotal		27.592	(2.594)	27.592	(2.353)
Móveis e equipamentos	10	1.404	(1.096)	1.387	(1.034)
Sistema de comunicação	20	342	(238)	342	(234)
Sistema de processamento de dados	20	2.717	(2.316)	2.572	(2.176)
Sistema de segurança	10	40	(40)	40	(39)
Sistema de transporte	20	10.672	(1.529)	11.229	(516)
Subtotal		15.175	(5.219)	15.570	(3.999)
Total		42.767	(7.813)	43.162	(6.352)

16 Diferido / Intangível

		Diferido			
		2015		2014	
Taxa anual de Amortização (%)		Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Custo de aquisição	Amortização acumulada
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.987	(2.890)	2.987	(2.834)
Total		2.987	(2.890)	2.987	(2.834)
		Intangível			
		2015		2014	
Taxa anual de Amortização (%)		Custo de aquisição	Amortização Acumulada	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada
Ativos Intangíveis - Softwares	20	2.953	(2.281)	2.953	(1.835)
Total		2.953	(2.281)	2.953	(1.835)

Conforme faculta a legislação vigente, os saldos do Ativo Diferido reconhecidos até 03 de dezembro de 2008, serão mantidos até sua total amortização.

17 Créditos tributários - controlador e consolidado

O Banco e suas controladas adotam procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% e 15% respectivamente. Em 30 de junho de 2015 e 2014 os créditos tributários estão demonstrados no quadro abaixo.

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	2015			2014		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.565	6.339	16.904	6.574	3.945	10.519
Marcação a mercado	32	19	51			
Passivo contingente	9.119	4.901	14.020	8.538	4.552	13.090
Total	19.716	11.259	30.975	15.112	8.497	23.609

b. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2015	3.795	3.550
2016	3.658	2.993
2017	4.151	2.972
2018	2.092	1.310
2019 (ii)	17.279	9.469
	30.975	20.294

- (i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 30 de junho de 2015 (1,12% a.m.).
- (ii) Estimativa para encerramento do processo judicial que originou a provisão para contingências fiscais.

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	2015	2014
Saldo no início do semestre	24.458	36.290
Constituição no semestre	8.846	3.609
Reversão no semestre	(2.329)	(16.290)
	30.975	23.609
Saldo no fim do semestre	30.975	23.609
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	6,47%	5,04%

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social acumulado

	2015		2014	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	23.895	23.895	34.391	34.391
Remuneração do capital (JCP)	(12.500)	(12.500)	(9.000)	(9.000)
	11.395	11.395	25.391	25.391
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	11.395	11.395	25.391	25.391
Adições/exclusões	14.980	15.009	(19.797)	(24.672)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.479)	(1.479)	1.205	1.205
Créditos baixados como prejuízo	(5.730)	(5.730)	(40.729)	(40.729)
Superveniência/insuficiência de depreciações	-	-	4.909	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	22.114	22.114	8.117	8.117
Marcação a mercado de TVM e derivativos	-	-	5.689	5.689
Passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	906	906
Outras inclusões/exclusões	75	104	106	140
	26.375	26.404	5.594	719
Base de cálculo	26.375	26.404	5.594	719
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 15% (CS)	3.956	3.961	839	108
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$120	2.626	-	548	-
	(198)	-	(44)	-
Incentivos fiscais	(198)	-	(44)	-
Imposto de renda/contribuição social	6.384	3.961	1.343	108
Imposto de renda diferido	-	-	(2.635)	(838)
Imposto de renda/contribuição social	6.384	3.961	(1.292)	(730)
Realização (constituição) de crédito tributário	(4.096)	(2.458)	7.926	4.766
Total do encargo de imposto de renda e da contribuição social	2.288	1.503	6.634	4.036

18 Captações

a. Diversificação por produto

	2015	2014
Depósitos à vista	31.509	44.031
Depósitos interfinanceiros	110.607	146.139
Depósitos a prazo	854.732	781.769
Captações no mercado aberto (*)	53.670	31.416
Recursos aceites e emissão de títulos (**)	442.579	452.251
Obrigações por empréstimos	115.782	195.032
Obrigações por repasses no País	79.851	50.908
Obrigações por repasses no exterior (***)	93.476	33.322
Dívidas subordinadas (****)	<u>48.120</u>	<u>67.043</u>
Total	<u>1.830.326</u>	<u>1.801.911</u>

- (*) Os compromissos de recompra de títulos a preços fixos, com liquidação em 01 de julho de 2015 estão lastreados por Letras do Tesouro Nacional (LTN) com vencimentos em 01 de outubro de 2015 no valor total de R\$35.844 e Debêntures com vencimentos em 01 de julho de 2016 no valor de R\$18.055.
- (**) Captações de recursos via Letras Financeiras R\$320.795 e Letras de Crédito Imobiliário R\$121.784.
- (***) Em 14 de março de 2014 o Banco Industrial firmou com IFC International Finance Corporation uma linha de crédito de até US\$15 milhões com prazo de pagamento em até 2 anos.
- (****) Em 8 de Janeiro de 2007 o Banco Industrial assinou com o DEG - Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH um empréstimo subordinado de longo prazo - 10 anos - no valor de US\$15 milhões, indexados à LIBOR + 4,41% a.a. O DEG é uma subsidiária integral do KfW - Kreditanstalt für Wiederaufbau com sede na Alemanha. Em 28 de janeiro de 2008, o Banco Central do Brasil aprovou o enquadramento da mencionada operação como dívida subordinada de acordo com a Resolução nº. 2.837. Neste sentido, os US\$15 milhões podem ser considerados como Capital suplementar nível II, aumentando o Patrimônio Líquido do Banco Industrial do Brasil S/A. Em razão da proximidade da data de vencimento essa utilização fica limitada a 20%, no montante de R\$9.624 em 30 de junho de 2015. Em 26 de agosto de 2013 recebemos do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$15 milhões com vencimento em 8 anos, indexado à taxa LIBOR + 5,47% a.a. Esses contratos exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	2015	2014
A vencer acima de 60 meses	52.053	41.145
A vencer entre 36 e 60 meses	8.205	7.493
A vencer entre 12 e 36 meses	505.327	262.101
A vencer entre 3 e 12 meses	708.823	755.467
A vencer em até 3 meses	524.409	691.674
Sem vencimento	<u>31.509</u>	<u>44.031</u>
Total	<u>1.830.326</u>	<u>1.801.911</u>

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	2015	2014
Operações de captações no mercado		
Depósitos interfinanceiros	8.119	6.067
Depósitos a prazo	51.419	37.774
Captações no mercado aberto	1.381	1.806
Outros	28.629	27.511
Subtotal	89.548	73.158
Operações de empréstimos e repasses		
Despesas obrigações banqueiro exterior	46.688	8.449
Obrigações por repasses no País	1.544	771
Obrigações por repasses no exterior	23.268	(4.267)
Subtotal	71.500	4.953
Total	161.048	78.111

d. DPGE - Resolução 3692

O Banco Industrial capta recursos em DPGE instituído pela Resolução nº 3.692 de 26 de março de 2009 no montante de R\$79 milhões, à taxa de 105,5% de DI pelo prazo de 1.096 dias. Em 30 de junho de 2015, o saldo dessas operações é de R\$102.377.

19 Obrigações por empréstimos e repasses

a. Empréstimos no exterior

São compostos basicamente por financiamento à importação com cartas de crédito, vencíveis até junho de 2016.

b. Repasses no País

Referem-se a repasses de recursos do FINAME, com vencimento final em junho de 2023, sendo atualizados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

c. Repasses do exterior

• ***Empréstimos Senior***

Em 26 de agosto de 2013 recebemos do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$15 milhões com vencimento em 8 anos, indexado à taxa LIBOR + 5,47% a.a. Esses contratos exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

• ***IFC International Finance Corporation***

Em março de 2014 o Banco Industrial captou US\$ 15 milhões, por três anos, através de A Loan junto ao IFC. Esses recursos serão direcionados para empresas que têm participação de mulheres na gestão.

20 Provisões, passivos, contingências ativas e passivas

O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias - Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia".

Existem 21 casos de reclamações trabalhistas e 1.338 cíveis classificadas como possíveis pelos nossos assessores jurídicos.

O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2015	2014
Provisão para Riscos Fiscais (*)	<u>38.884</u>	<u>36.395</u>
Passivos Contingentes	<u>12.628</u>	<u>8.928</u>
Cíveis (**)	7.462	7.180
Trabalhistas	3.973	1.748
Outros passivos	<u>1.193</u>	<u>-</u>
	<u>51.512</u>	<u>45.323</u>

(*) Passivos Contingentes registrados na rubrica "Fiscais e Previdenciárias": compreendem critérios de apuração de base de cálculo de Cofins; majoração de alíquotas de Contribuição Social, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

c. Movimentação das provisões

	12.2014	06.2015			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Provisão para riscos fiscais	37.610	-	-	1.274	38.884
Passivos contingentes :	12.351	277	-	-	12.628
Cíveis	7.462	-	-	-	7.462
Trabalhistas	3.973	-	-	-	3.973
Outros passivos	916	277	-	-	1.193
Total Provisão	49.961	277	-	1.274	51.512

	12.2013	06.2014			
	Saldo Final	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Provisão para riscos fiscais	35.244	72	-	1.079	36.395
Passivos contingentes :	8.094	834	-	-	8.928
Cíveis	7.058	122	-	-	7.180
Trabalhistas	1.036	712	-	-	1.748
Total Provisão	43.338	906	-	1.079	45.323

21 Outras obrigações

	2015	2014
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	348	193
Carteira de câmbio (Nota Explicativa nº 11)	8.109	13.814
Sociais e estatutárias	10.625	7.707
Fiscais e previdenciárias	53.278	43.571
Impostos e Contribuições s/ Lucros a pagar	10.656	3.618
Impostos e Contribuições a recolher	3.738	3.356
Provisão para imposto de renda diferido	-	202
Provisão para Riscos Fiscais (N. E nº 20)	38.884	36.395
Negociação e intermediação de valores	817	-
Credores por antecipação de valores residuais	-	-
Provisão para pagamentos a efetuar	4.116	3.469
Provisão para passivos contingentes (NE nº 20)	12.628	8.928
Dívidas subordinadas (Nota Explicativa nº 18)	48.120	67.043
Credores diversos - país / exterior (*)	39.441	2.394
Diversas	858	867
Total	178.340	147.986
Parcela a curto prazo	131.255	82.204
Parcela a longo prazo	47.085	65.782

(*) No Balanço Patrimonial Consolidado o saldo de Resultado de Exercícios Futuros foi reclassificado para a rubrica de Credores Diversos País em junho de 2015 e 2014 (R\$850 e R\$861 respectivamente).

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas sem valor nominal, sendo 113.735.909 ordinárias e 57.581.392 preferenciais. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

Retenção de lucros - Reservas estatutária

O estatuto do Banco Industrial prevê a destinação de reserva, a disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

No primeiro semestre de 2015, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$12.500 (R\$9.000 distribuídos no primeiro semestre de 2014).

23 Despesas de pessoal

	2015	2014
Honorários - Diretoria e Cons. Adm.	2.391	2.238
Benefícios (i)	3.805	3.345
Encargos Sociais	4.190	3.908
Proventos	12.884	13.483
Outros	104	122
Total	23.374	23.096

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, entre outros.

24 Outras despesas administrativas

	2015	2014
Água, Energia e Gás	238	193
Aluguéis	512	494
Despesa de arrendamento de bens	-	210
Comunicações	1.411	1.097
Manutenção e Conservação	651	784
Material	167	208
Processamento de Dados	2.604	2.518
Relações Públicas	467	417
Publicações	66	5
Seguros	109	-
Sistema Financeiro	326	313
Serviços de Terceiros	1.704	1.138
Serviços Técnicos Especializados	1.846	777
Transporte	192	242
Viagem ao Exterior	41	164
Viagem no País	129	157
Outras	422	363
Amortização e Depreciação	1.027	909
Total	11.912	9.989

25 Despesas Tributárias

	2015	2014
Tributos Federais / Municipais	427	317
ISS	369	277
Cofins	4.021	4.033
Pis	656	657
Outros - (Atualização Passivo Contingente)	1.274	1.079
Total	6.747	6.363

26 Outras Receitas / Despesas Operacionais

	2015	2014
Outras receitas operacionais	19.122	18.231
Atualização compra de ativos (*)	16.193	16.675
Varição monetária ativa	1.762	1.545
Varição cambial linhas (queda na cotação)	-	-
Varição cambial Monceau Consultadoria Ltd	1.159	9
Outras	8	2
Outras despesas operacionais	(325)	(1.833)
Outras	(48)	(94)
Provisões Contingências	(277)	(122)
Varição cambial Monceau Consultadoria Ltd	-	(1.617)
TOTAL	18.797	16.398

(*) Refere-se à aquisição de direitos creditórios sem coobrigação, relativos a vendas e compras mercantis, cujas receitas auferidas estão contabilizadas na rubrica de Outras Receitas Operacionais em contrapartida à rubrica de Devedores por Compra de Ativos - Outros Créditos - nota explicativa 12.

27 Resultado não operacional

	2015	2014
Receitas não operacionais	<u>121</u>	<u>389</u>
Lucro na alienação de valores e bens	121	389
Despesas não operacionais	<u>(21)</u>	<u>-</u>
Prejuízo na venda de valores e bens	(21)	-
Total	<u>100</u>	<u>389</u>

28 Indicadores de risco (Basiléia) e limites operacionais

O índice de comprometimento de patrimônio líquido para o risco de operações é de 18,09% em 30 de junho de 2015 (18,51% em 2014).

	2015	2014
Patrimônio Líquido	<u>478.987</u>	<u>468.791</u>
Redução dos ativos intangíveis conforme Resolução nº4192 do CMN	(106)	(7)
Patrimônio de referência nível I	<u>478.881</u>	<u>468.784</u>
Instrumentos de Dívida Subordinada	9.624	13.474
Patrimônio de referência nível II	<u>9.624</u>	<u>13.474</u>
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	<u>488.505</u>	<u>482.258</u>
Patrimônio de referência (a)	<u>488.505</u>	<u>482.258</u>
Alocação de capital por risco		
RWAcpad - crédito	248.794	251.286
RWAjur - mercado	20.301	12.266
RWAopad - operacional	21.419	20.826
RWAcam - câmbio	6.531	2.181
Patrimônio de referência exigido (b)	<u>297.045</u>	<u>286.559</u>
Margem (a- b)	<u>191.460</u>	<u>195.699</u>
Rban - Juros carteira não negociável	(23.487)	(17.128)
Margem (a- b)	<u>167.973</u>	<u>178.571</u>
Ativo ponderado pelo risco (c)	<u>2.700.409</u>	<u>2.605.080</u>
Índice de Basiléia (a/c)	<u>18,09 %</u>	<u>18,51 %</u>

(1) A partir de 1º de outubro de 2013, através da Resolução nº 4.192 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 11% do RWA (Risk Weighted Asset) com base no Patrimônio de Referência.

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, investimentos e dívidas subordinadas: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco e por suas controladas em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

Depósito a prazo, recursos de emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias

O Banco e suas controladas na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou repenhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor conforme preceitua o item 15 do CPC 40.

30 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº14 (Participações em controladas).

Além desses valores, os depósitos a prazo e letras de crédito imobiliário com partes relacionadas totalizam R\$101.019 em 30 de junho de 2015 (R\$42.884 em 2014), cujas taxas estão entre 95% a 107% do DI, com prazos de vencimento até julho de 2016.

No primeiro semestre de 2015 a despesa de captação dessas operações totalizou R\$6.215 (R\$2.110 no primeiro semestre de 2014).

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 3 a 12 membros. (art. 6º do Estatuto Social do Banco). No primeiro semestre de 2015, a remuneração dos administradores totalizou R\$2.391, dividido em: (i) salários do exercício corrente, e (ii) participação nos resultados da Companhia referente ao semestre. No primeiro semestre de 2014, a remuneração dos Administradores atingiu o montante de R\$2.238 dividido em: (i) salários e (ii) participação nos resultados da Companhia referente ao semestre, de acordo com programa aprovado pelo Conselho de Administração.

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil de Despesa de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração. A remuneração do Conselho foi fixada em R\$10.000 anual, de acordo com a Assembléia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015.

Os diretores não são acionistas da Companhia e não tinham opções de compra de ações outorgadas pela Companhia.

31 Compromissos e responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 207.824 em 30 de junho de 2015 (R\$ 197.440 em 2014).

32 Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Tokio Marine Seguradora S/A, com vigência de 17 de junho de 2015 a 17 de junho de 2016, englobando duas apólices distintas: Matriz / Filiais.

A apólice inclui ainda sub-limites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro	Sublimites - (Matriz)
Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	R\$23.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	R\$12.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo /tornado	R\$2.500
Responsabilidade civil operações	R\$2.000
Alagamentos/inundação	R\$500
Equipamentos eletrônicos	R\$500
Roubo e furto de bens	R\$500
Danos elétricos	R\$300
Responsabilidades contingentes	R\$300
Responsabilidade garagista/incêndio/roubo	R\$300
Quebra de vidros	R\$100
Roubo no interior do estabelecimento	R\$30
Roubo fora do estabelecimento	R\$10

Filiais e Lojas

A apólice inclui ainda sub-limites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro	Sublimites - (Filiais)
Incêndio/raio/explosão/implosão/fumaça	R\$600
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas)	R\$1.000
Vendaval/furacão/impacto de veículos /queda de aeronaves/granizo/tornado	R\$150
Responsabilidade civil operações	R\$600
Derrame e/ou vazamento de tubulações	R\$150
Equipamentos eletrônicos	R\$200
Roubo e furto de bens	R\$300
Danos elétricos	R\$100
Quebra de vidros	R\$50
Perda ou pagamento de aluguel decorrente da cobertura básica	R\$300

No caso do imobilizado de arrendamento é de responsabilidade do arrendatário a contratação do seguro, conforme cláusulas contratuais das operações de arrendamento mercantil.

33 Outras informações

- (a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários e administradores.
- (b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.
- (c) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, entretanto, ainda requer a aprovação pelo Congresso Nacional para ser convertida em lei e seus respectivos impactos serão refletidos contabilmente a partir da entrada em vigor. Os efeitos estimados dessa mudança de alíquota, considerando as informações na data base de 30 de junho de 2015, são positivos por volta de R\$ 2.443.

34 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2015	2014
No início do período	625.287	276.818
Disponibilidades	15.112	15.720
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	610.175	261.098
No final do período	614.785	531.346
Disponibilidades	27.779	12.050
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	587.006	519.296

(*) As aplicações interfinanceiras de Liquidez (aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros e em moeda estrangeira), caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias, configurando equivalentes de caixa.